



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Movimentos Sociais e Participação Social

TRABALHO COMPLETO – Apresentação Comunicação Oral

Uma reflexão sobre a relação do serviço social com os movimentos sociais de Curitiba e região metropolitana.

Raquel Barcelos de Araújo¹
Valdirene da Rocha Pires²

Resumo: O objetivo do presente artigo é refletir sobre a relação do Serviço Social com os movimentos sociais de Curitiba e região metropolitana. Para tanto, foram identificados os movimentos sociais de Curitiba e Região Metropolitana que contam com alguma forma de participação dos Assistentes Sociais. Realizou-se pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo para que pudéssemos conhecer as teorias que caracterizam os movimentos sociais, assim como entender de que modo a referida categoria profissional tem se relacionado com os movimentos sociais, buscando apontar as suas possíveis contribuições.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Serviço Social e Projeto ético-político

Abstract: This article presents a study about the relationship of Social Service with the social movement of Curitiba and metropolitan region. In order to do so, the social groups of a Metropolitan Region were constituted that have some type of participation of the Social Assistants. We conducted bibliographic research and field research so that they could know the theories that characterize social aspects, just as they are purposely subordinated to topics related to social changes, seeking their contributions.

Keywords: Social Movements, Social Service and Ethical-Political Project

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social e os Movimentos Sociais estão intrinsecamente ligados na e pela trajetória histórica da categoria profissional e alinhados pela mesma perspectiva de enfrentamento às expressões da Questão Social, e de estratégias de luta para conquistas e ampliações de direitos civis, políticos e sociais. Sendo assim, essa relação formalizada pela

¹ Assistente Social, Mestre em serviço Social (UFRJ), Docente no Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: raquel.a@uninter.com

² Assistente Social, Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, (UEPG, 2016) Docente no Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: valdirene.p@uninter.com



Lei nº 8662/1993, que regulamenta a profissão do(a) Assistente Social e dispõe sobre as competências do profissional, ressalta em seu Artigo 04, que os Assistentes Sociais devem “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”.

A partir das demandas postas na contemporaneidade como desafios para a intervenção dos Assistentes Sociais é que faremos uma breve identificação da articulação destes profissionais com os movimentos sociais. Breve, pois até o presente momento, a produção científica feita pelo projeto de pesquisa³ busca apresentar o levantamento de dados dos Movimentos sociais de Curitiba e Região Metropolitana, dissertar sobre a forma de participação dos Assistentes Sociais nos respectivos movimentos.

Desse modo, para a presente análise traçamos como objetivo geral: refletir sobre as possíveis contribuições do Serviço Social junto aos Movimentos Sociais de Curitiba e Região Metropolitana. Tendo como objetivos específicos: mapear os Movimentos Sociais (MS) de Curitiba e região metropolitana; conhecer quantos e quais Movimentos Sociais contam com Assistentes Sociais, tanto como militante ou como técnico/profissional. Para a realização da pesquisa utilizamos o método histórico dialético, que subsidia a fundamentação teórica e uma análise crítica. Como metodologia foi aplicada pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo sobre a prática dos/as Assistentes Sociais junto aos movimentos sociais e sua participação como militantes ou técnicos em funções específicas junto aos movimentos sociais.

Para Netto (1996, p. 124) na profissão, está à indicação “da necessidade de elaborar respostas mais qualificadas (do ponto de vista operativo) e mais legitimadas (do ponto de vista sociopolítico) para as questões que caem no seu âmbito de intervenção institucional”. Desse modo, compreendemos que “as possibilidades objetivas de ampliação e enriquecimento do espaço profissional [...] só serão convertidas em ganhos profissionais [...] se o Serviço Social puder antecipá-las”, tendo este pensamento como norteador, buscamos identificar as possíveis contribuições dos Assistentes Sociais para o desenvolvimento de Tecnologia Social junto aos Movimentos Sociais.

Consideramos que dar visibilidade a esses dados contribuirá para a reflexão sobre as competências e atribuições que não podem ser desvinculadas dos processos sócio históricos, mas devem ser consideradas no trato das novas demandas profissionais e no redimensionamento do espaço profissional decorrentes das configurações da sociedade

³ Partindo dos desafios postos na contemporaneidade para intervenção dos Assistentes Sociais é que os estudos e pesquisas feitos no projeto de pesquisa: A contribuição da prática profissional do Assistente Social para o desenvolvimento de tecnologias sociais, surge em 2017 e finalizou-se em 2018. Esse projeto de pesquisa esteve vinculado ao programa de iniciação científica da Uninter, e faz parte do Grupo de Pesquisa Trabalho Formação Profissional e Sociabilidade, o qual está vinculado ao Curso de Graduação em Serviço Social.



contemporânea.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Conexões e reflexões: Movimentos Sociais e Serviço Social

O processo de reconceituação vivenciado pelo Serviço Social, no contexto da autocracia burguesa, e delineado pelas contradições típicas da disputa de forças ideológicas, foi determinante para o posicionamento ético, teórico e político da categoria, junto aos Movimentos Sociais. Para Neto (2007, *pg. 128*) a ruptura com uma prática tradicional, que se tentou revestir pela modernização econômica da época, tratou de delimitar os espaços políticos da categoria, que outrora “(...) mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade em suas propostas profissionais, sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa (...)”

O Código de Ética de 1993, nos apresenta princípios fundamentais que estruturam a concepção ideológica e política dos profissionais. Entre eles, o “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e política sociais, bem como sua gestão democrática”, que revela a importância de estar no campo profissional não como um executor terminal de políticas públicas, mas sim, um trabalhador que opta por um “...projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”, como aponta o princípio VIII.

A opção por um projeto profissional, vinculado a um projeto societário que “...permita a construção de uma autêntica comunidade humana, ou seja, de uma comunidade onde todos os indivíduos possam ter acesso amplo a todas as objetivações – materiais e espirituais – que constituem o patrimônio da humanidade ...” (TERRA, BARROCO. 2012:129), e que portanto, está diretamente vinculada ao processo de disputa de classe. Sendo assim, entendemos que o fortalecimento dos Movimentos Sociais tem se tornado uma estratégia de luta organizada pela classe trabalhadora que pode ser potencializado pela interlocução com Serviço Social.

Dada esta reflexão, e ao nos debruçarmos na história recente do Serviço Social brasileiro, e da América Latina, podemos identificar que a categoria organizada efetivamente em processos de enfrentamento tem dialogado com diversos movimentos sociais que protagonizaram a luta por direitos políticos, dada a conjuntura de ditaduras militares que desnudou a cidadania de diversos países, com expressiva organização dos assistentes sociais principalmente no final da década de 1970; momento no qual o novo sindicalismo dos trabalhadores ganha destaque na luta social.



Duriguetto e Bazarello (2015) sistematizaram os artigos publicados na revista Serviço Social e Sociedade que tratam da participação do assistente social nas organizações sindicais e de luta social, e observaram que esta articulação foi preponderante para a laicização da categoria profissional, e caracterização do seu lugar enquanto trabalhador também expropriado. É possível identificar, portanto, que a articulação da categoria com as lutas sociais se expressa no projeto ético-político do Serviço Social, conforme destacado abaixo:

Encontramos significativas reflexões acerca da relação entre Serviço Social e as lutas sindicais. O contexto dos finais dos anos 1970 de rearticulação dos movimentos e do “novo sindicalismo” são analisados como impulsionadores dos assistentes sociais a se organizarem dentro dos sindicatos. São tematizados: o contexto histórico do III Congresso Brasileiro dos Assistentes Sociais, em 1979; a rearticulação dos movimentos sociais; processo de abertura política; vinculação da vanguarda profissional com as lutas sociais; influência da tradição marxista na profissão. É explicitado que o processo que se iniciou a partir do “congresso da virada” e a articulação e aproximação com os movimentos sociais e os sindicatos constituiu um marco para o desenvolvimento do projeto ético-político profissional nos anos 1990. (Duriguetto e Bazarello, 2015:6)

A delimitação da análise crítica vinculada ao marxismo, com suas categorias de análise dos processos sociais, passou a encaminhar a categoria para o revestimento de sua identidade de classe, como exposto outrora. Desta forma, podemos observar que a participação do Serviço Social nos movimentos sociais, fora um fator determinante para a ruptura com as práticas tradicionais, outorgada pela ideologia cristã que iniciou a profissão em meio as contradições da relação Capital x Trabalho.

É no processo de redemocratização brasileira, que identificamos a participação do assistente social, enquanto ator social de suma importância no movimento de consolidação da democracia. Este movimento, protagonizado por vários setores organizados politicamente no cenário dos movimentos sociais, trouxe consigo não somente a constituição cidadã que prioriza a participação social, descentralização e o controle social do estado, a partir da garantia da participação da sociedade civil na esfera pública.

Com todo o ordenamento jurídico que garante a democratização dos espaços do Estado e seus entes federados, com paridade da sociedade civil e governamental na proposição, execução e avaliação das políticas, a dimensão burocrata determinou condicionalidades desta participação social. Assim, sua qualidade e irreverência no tocante ao processo de disputa de projetos políticos societários. Neste contexto, o Assistente Social aparece nas instituições governamentais e não governamentais como assessor e consultor de direitos e políticas públicas, se responsabilizando, assim, pela qualidade, garantia e efetividade da participação de organizações sindicais, entidades de classe, movimentos



sociais e de defesa de direito, nas instâncias de controle social; como por exemplo os conselhos de direitos.

Para Sousa e Castro (2013), é de reconhecimento histórico que a articulação do serviço social com as lutas dos grupos populares, tal como, ribeirinhos, quilombolas, mulheres, negros e movimentos sociais, que procuram a visibilidade dos grupos minoritários (em direitos), reveste consubstancialmente as dimensões da profissão, as bandeiras de luta da categoria, e procuram garantir a determinação intransigente de um fazer profissional comprometido com a garantia da participação dos diferentes atores sociais na composição de uma sociedade justa, onde seja possível uma vida digna para todos, “em recusa ao arbítrio e ao autoritarismo, com vistas a ampliação e consolidação de cidadania. Isto é, na defesa intransigente dos direitos humanos” (Sousa e Castro 2013:5)

2.2 - Teorizando sobre os Movimentos Sociais: um breve panorama

Para início do debate trazemos ALONSO (2009), que apresenta as três famílias de teorias sobre movimentos sociais, originárias nos anos de 1970. A primeira família seria oriunda da Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), onde a ação coletiva só seria possível a partir da presença de “recursos materiais (financeiros e infraestrutura) e humanos (ativistas e apoiadores) e de organização, isto é, da coordenação entre indivíduos doutro modo avulsos”. Desse modo, a origem das associações, ou melhor, o uso de estruturas comunitárias preexistentes, daria a base organizacional para os movimentos sociais. Segundo a referida autora, para a sociologia essa teoria trata os movimentos sociais por analogia como uma firma. Coloca que a TMR, trata os movimentos sociais como se fosse um fenômeno social como outro qualquer, dotado de características semelhantes aos partidos políticos.

A segunda família é proveniente da Teoria do Processo Político (TPP) que tem origem na exaustão dos debates marxistas sobre as possibilidades da revolução. Os argumentos dessa família surgiram para se contrapor as explicações deterministas e economicistas da ação coletiva e contra a ideia de um sujeito histórico universal. A terceira família também parte desses pressupostos e é denominada Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

As duas constroem explicações macro históricas que repelem a economia como chave hermenêutica e combinam política e cultura na explicação dos movimentos sociais. No entanto, a TPP constitui-se em uma teoria da mobilização política enquanto a TNMS se fundamenta numa teoria da mudança cultural. ALONSO (2009) ressalta que Charles Tilly (1975) é o grande nome dessa linha, compôs uma sociologia política histórica, cujo objetivo é identificar os mecanismos que organizam os macroprocessos políticos no Ocidente, por



meio da comparação entre casos. Sendo assim, aponta que para o estudo dos movimentos sociais é importante considerar dois gêneros de parâmetros: um político e outro, histórico-cultural.

A terceira família está relacionada à Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). A referida teoria está alicerçada em uma teoria da mudança cultural e tem como foco de estudo a América Latina. Vemos em ALONSO (2009), que o primeiro autor de referência, foi Touraine ao reconhecer que as demandas econômicas seguem relevantes na América Latina. Porém, para englobar seus movimentos dentre os “novos”, argumenta que haveria uma combinação *sui generis* de demandas materiais e pós-materiais (Touraine, 1989b). Outros autores se debruçaram sobre esse tema, e podemos compreender que a TNMS, deu destaque aos aspectos simbólicos e cognitivos – e mesmo emoções coletivas –, incluindo-os na própria definição de movimentos sociais. Portanto, entendemos que para a TNMS os movimentos sociais possuem uma multidimensionalidade; demandas não materiais e criação de identidades.

Para Mario DIANI (1992), os movimentos sociais possuem uma estruturação policêntrica, flexível, de contornos ambíguos, englobando conexões formais e informais entre ativistas e organizações, sendo assim definidos como [...] redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajadas em conflitos políticos ou culturais, com base em identidades coletivas compartilhadas (DIANI: 1992:1).

Vemos assim que para a TNMS, há uma relação entre os conflitos e a proposição de que os movimentos sociais, sejam de cunho político, cultural ou com base em identidades.

Trazemos para o debate também a autora, GOHN (2008) que faz uma análise das transformações ocorridas no interior dos movimentos sociais, em suas formas de manifestações e organização, (por ex. por meio de ações comunitárias), é possível visualizar que estes “extrapolam as demandas socioeconômicas e trabalhistas”. (GOHN, 2008, p. 442). Isto significa afirmar que:

As transformações que aconteceram no mundo, nas últimas décadas, e que acabaram por influenciar as mudanças de focos nos movimentos sociais em geral, e na América Latina em particular, permitem-nos afirmar que os movimentos sociais não mais se limitam à política, à religião ou às demandas socioeconômicas e trabalhistas. Movimentos por reconhecimento, indenitários e culturais, ganharam destaque ao lado de movimentos sociais globais. (GOHN, 2008, p. 442).

Dentre as abordagens teóricas que se ocupam em estudar os movimentos sociais, (Gohn, 2008) ressalta que estão: as teorias construídas a partir de eixos culturais, as focadas no eixo da justiça social, e as que destacam a capacidade de resistência dos movimentos sociais.



As teorias construídas a partir de eixos culturais referem-se à construção de identidades, à noção de pertencimento à um dado território e suas manifestações culturais, de forma que os sujeitos atribuem sentidos às suas vivências a partir de ações coletivas.

Em relação às teorias focadas no eixo da justiça social, vemos que seu foco envolve o reconhecimento da desigualdade social, “como forma de compensar as injustiças historicamente acumuladas, com a sustentação das abordagens feitas pelas teorias críticas, herdeiras da Escola de Frankfurt. (GOHN, 2008, p. 442).

Sobre as teorias que ressaltam na capacidade de resistência dos movimentos sociais, Gohn (2008), destaca as que estão relacionadas à defesa e a luta por outra configuração de sociedade, de resistência ao neoliberalismo, ou seja; são abordagens teóricas de compreensão do papel dos movimentos sociais no sentido de reconhecer na luta social uma estratégia emancipatória. Neste sentido, o que podemos observar na análise da autora é que:

Nessa abordagem, critica-se veementemente a ressignificação das lutas emancipatórias e cidadãs pelas políticas públicas que buscam apenas a integração social, a construção e produção de consensos, conclamando para processos participativos, mas deixando-os inconclusos, com os resultados apropriados por um só lado, o que detém o controle sobre as ações desenvolvidas. São as cidadanias tuteladas, geradas nos processos de modernização conservadora. (GOHN, 2008, p. 442).

Dentre as análises que Gohn (2008) faz acerca das teorias que se ocupam em estudar os movimentos sociais, podemos citar o fato de estas teorias estarem presentes, não mais e apenas, nos ambientes acadêmicos, pois na última década, também ganham a atenção de organizações não governamentais e de instituições ligadas ao poder público que, “iniciam pesquisas empíricas sobre alguns movimentos sociais, a fim de obter dados para seus planos e projetos de intervenção na realidade social”. (GOHN, 2008, p. 443).

Na mesma análise a autora aponta ainda que, há uma redução, neste novo milênio da vinculação entre movimentos sociais e classes sociais, bem como do protagonismo da classe operária como sujeitos centrais nas lutas reivindicatórias por transformação social. Diante deste cenário o que se observa, é que os “movimentos sociais de outras camadas, como os ambientalistas ou as mulheres das camadas médias, focalizam outros atores sociais na cena pública [...]”. (GOHN, 2008, p. 443).

A partir deste contexto a sociedade civil organizada passa a ser orientada por outros eixos, esvaziando seu conteúdo político ideológico. As organizações do terceiro setor focam suas ações em grupos comunitários, organizados por critério de cor, raça, idade, gênero, questões ambientalistas, etc. (GOHN, 2008, p. 443).



Aqui temos o surgimento das redes comunitárias. Mas por que as redes são importantes? Para a análise da realidade de um dado território, ou comunidade, ou seja: as redes podem ainda ser utilizadas como instrumentos de análise para articulação das políticas sociais. Atualmente, com a ressignificação do conceito de território, tem-se utilizado bastante o conceito de território rede, ou redes territoriais. São diversas as categorias teóricas que sustentam a ideia de rede, mas cada uma com diferentes sentidos de articulação.

As redes sociais são importantes porque nos indicam os vínculos e as alianças existentes nas redes temáticas. Os antigos e novos movimentos sociais, assim como as ONGs, utilizam-se das redes de diferentes formas. (GOHN, 2008, p. 446).

Para algumas teorias, as redes substituem a categoria movimentos sociais, para outras elas são suporte/ferramenta para a mobilização dos movimentos. Isto significa que, a utilização das redes como categorias de análise, é importante na análise de realidades territoriais, tanto no sentido político, quanto cultural.

3. A participação dos assistentes sociais nos Movimentos Sociais em Curitiba

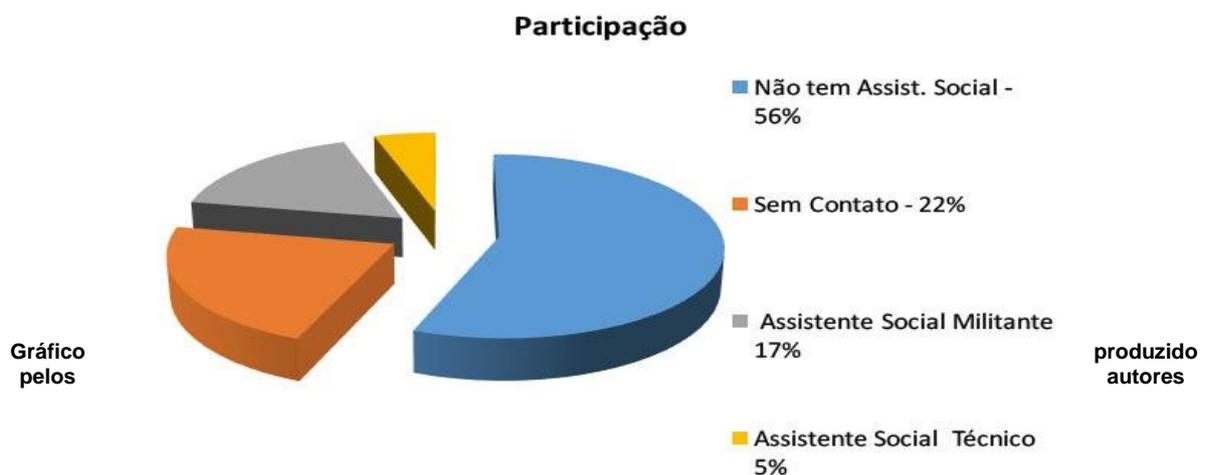
3.1 Metodologia: A presente pesquisa versou sobre os pressupostos da pesquisa do tipo qualitativa, e terá como base pesquisa bibliográfica, e pesquisa de campo com Movimentos Sociais de Curitiba-PR e região metropolitana. A pesquisa bibliográfica visou realizar um levantamento dos principais referenciais teóricos sobre os movimentos sociais e sua relação com o Serviço Social. Para tanto, a revisão bibliográfica foi realizada por meio de uma leitura sistemática e fichamento das obras. A pesquisa de campo foi realizada mediante visitas aos Movimentos Sociais de Curitiba-PR e região metropolitana que contam, em seu quadro de membros, com Assistentes Sociais, para levantar e analisar as possíveis contribuições destes profissionais. Contamos também com os dados da pesquisa que foi realizada em 2017, sob a Coordenação da Comissão Administrativa e Financeira (Admin/fin) e enfrentamento a inadimplência do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-PR) 11ª Região, que teve como objetivo realizar um diagnóstico da categoria dos/as Assistentes Sociais do Paraná para fins de obter elementos para propor junto ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) a revisão da Política de anuidade, bem como construir estratégias para combater a inadimplência. Responderam a pesquisa um total de 1261 profissionais.



Assim sendo, apresentamos a análise dos dados com base nos pressupostos teóricos que nortearam as discussões teórico-metodológicas e instrumentais técnico-operativo acerca da relação do Serviço Social com os movimentos sociais.

3.2 Resultados: Na fase inicial do Projeto delimitou-se um recorte dos Movimentos Sociais localizados em Curitiba e região metropolitana, a partir da década de 1980. A primeira etapa da pesquisa foi identificar quais Movimentos Sociais que atuam em Curitiba e região metropolitana, onde identificamos 21 movimentos sociais. Em seguida buscamos conhecer os movimentos que possuíssem Assistentes Sociais como militantes ou atuando como técnico/profissional em movimentos sociais.

Figura 1: Participação do Assistentes Sociais em Movimentos Sociais.



Movimentos Sociais Pesquisados:

1. MTST – Mov. Dos Trabalhadores Sem Teto
2. MST – Mov. Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
3. MPR – Mov. Nacional da População de Rua
4. MNMMR – Mov. Nacional de Meninos e Meninas de Rua
5. MAB- Mov. Dos Atingidos por Barragens
6. MNLM- Mov. Nacional de Luta Pela Moradia
7. Mov. Feminista
8. Marcha das Vadias
9. Mov. De Mulheres Negras
10. Mov. Negro
11. Mov. LGBT
12. Mov. Estudantil
13. Mov. Cicloativista
14. Mov. Mobilidade Urbana
15. Mov. da Pessoa com Deficiência
16. Mov. dos Trabalhadores Desempregados
17. Mov. Antimanicomial
18. Marcha da Maconha
19. União Por Moradia Popular do Paraná – UMP
20. CONAM - Confederação Nacional da Associações de Moradores
21. Central de Movimentos Populares - CMP

Com base nos dados obtidos, pudemos vislumbrar que em cerca de 56% dos movimentos sociais pesquisados não tem Assistentes Sociais participando em nenhuma das modalidades pesquisadas, ou seja, como militante ou como técnico. Vemos ainda, que somente em 17% dos movimentos pesquisados temos a participação dos referidos profissionais como militantes em movimentos sociais e apenas 5% atuando como técnicos.



Na busca de refletir sobre estes dados, foram feitas algumas considerações, preliminares que nos leva a perceber um certo distanciamento dos profissionais nos movimentos sociais atualmente. Tal fenômeno pode ser entendido pelo processo extenuante que o mundo do trabalho capitalista apresenta aos profissionais. Porém, não podemos deixar de compreender que esta expressão no contexto que atualmente vivenciamos no país, de retrocessos e onda conservadora, apresenta um cenário de efetiva participação política de profissionais nos espaços de disputa de projetos políticos, societários e defesa de direitos democráticos e de liberdade.

Neste mesmo processo, observamos na pesquisa o envolvimento de assistentes sociais como técnicos na organização dos movimentos sociais é algo intrigante, já que devríamos questionar, por exemplo, se há a relação de trabalho na condução desse envolvimento. Observar esta questão é importante, pois profissionais podem ser contratos por entidades que prestam assessoria e consultoria sobre direitos humanos, com trabalho diretamente ligado aos Movimentos Sociais, e não “falam por eles”, o que acaba por fragilizar sua identificação neste processo.

Em consonância com a pesquisa feita temos a pesquisa realizada pelo CRESS- PR que apontou a participação política dos Assistentes Sociais no Paraná, vemos que cerca de 70% dos profissionais não consideram que possuem participação política. Dentre os 30% que disseram ter participação política temos o seguinte quadro:

Figura 2: Participação política

Itens	Frequência	%
Movimento da categoria	292	25,00
Movimento partidário	22	1,88
Movimento Partidário, movimento da categoria dos AS	17	1,45
Movimento Social	48	4,11
Movimento Social	32	2,75
Movimento sindical, outra	4	0,34
Outra	753	64,47

Fonte: CRESS- PR 2017. Elaborado pelos autores

Sabemos que as pautas do conjunto CFESS/CRESS conclamam o envolvimento dos profissionais às bandeiras de lutas que protagonizam cotidianamente as demandas de intervenção do assistente social. No entanto, no Paraná a categoria profissional apresenta um percentual de participação política baixo, principalmente no que diz respeito a ações junto aos movimentos sociais. Reconhecer a importância de que este envolvimento aconteça, é demasiadamente relevante para, justamente, compor o diálogo com as ondas conversadoras que invariavelmente afetam a categoria e assim, fazer os devidos enfrentamentos. Neste ponto, a pesquisa inicial deste projeto de pesquisa, apresentado com



brevidade cautelosa, chama a atenção para as diversas nuances que compõem a relação do serviço social, com os celeiros que alimentam o fortalecimento da defesa intransigente de políticas públicas, direitos sociais, humanos, civis e políticos pautados nos valores de liberdade, fraternidade, igualdade e equidade; com o devido respeito ao pluralismo expresso nas correntes teóricas, comprometidas tanto com o constante aprimoramento intelectual como a democracia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme citado inicialmente, este artigo objetivou apresentar os dados preliminares da pesquisa realizada sobre a relação do Serviço Social com os movimentos sociais de Curitiba e região metropolitana, dentro do projeto de pesquisa: a contribuição da prática profissional do Assistente Social para o desenvolvimento de tecnologias sociais junto aos movimentos sociais. Ressaltamos que esse objeto de estudo ainda continua em análise, uma vez que entendemos que a trajetória do Serviço Social brasileiro tem sido marcada pelo compromisso ético-político com um projeto societário que está ligado aos interesses da classe trabalhadora e aclarado teoricamente por uma perspectiva crítica em que o Serviço Social têm como desafio, no seu trabalho profissional cotidiano, “apreender e revelar os novos meandros da questão social” (Iamamoto, 2002, p.31). Sendo assim, traçar estratégias de enfrentamento das múltiplas expressões da questão social são de suma importância, principalmente se estiver vinculada a vivência dos movimentos sociais. Neste caminho, a aproximação com as teorias que discorrem acerca das diferentes concepções sobre os movimentos sociais, permanecerá em pauta, considerando a necessidade desvelar as relações de disputa de projetos políticos/societários na atualidade. Assim, de fato fica o compromisso de continuidade, considerando a possibilidade desta pesquisa contribuir significativamente com as reflexões necessária ao conjunto CFESS/CRESS, em destaque, para o Serviço Social em Curitiba e Região Metropolitana, buscando, portanto, a caracterização territorial do Serviço Social, e seu envolvimento com as bandeiras de luta específicas da regionalidade local, considerando a cidade como um lócus que expressa várias contradições em meios aos diversos grupos que a compõem.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Angela (2009). As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.
- ALVAREZ, S. E.; ESCOBAR, A. 1992. The making of social movements in Latin America: identity, strategy and democracy. Boulder: Westview Press,



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

_____; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (orgs.). 2000. Cultura e políticos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte:Ed. UFMG. BARROCO, Maria.L.S. TERRA, Helena S. Código de Ética do/a Assistente Social Comentado. São Paulo: Cortez, 2012.

BAZARELLO, R.D. DURIGUETTO, M.L. Movimento Sociais e Serviço Social: termos em debate. Acesso em 14/10/2017. Disponível em <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/9414>

Conselho Regional de Serviço Social do Paraná. Coordenação da Comissão Administrativa e Financeira (Admin/fin) e enfrentamento a inadimplência. Material impresso, 2017.

DIANI, M. 1992. "The concept of social movement". The Sociological Review, vol. 40, no 1.

_____. 2003. "Networks and social movements: a research programme". In:

DIANI, M.; MCADAM, D. (eds.). Social movements and networks. Relational approaches to collective action. Oxford: Oxford University Press.

[GOHN, Maria da Glória](#). Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América latina. Cad. CRH [online]. 2008, vol.21, n.54, pp.439-455. ISSN 0103-4979. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000300003>. Acesso em: 30/09/2017.

GOHN, M. G. 1997. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola.

NETO, Paulo Neto. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pó 64. São Paulo. Cortez – 2007

SOUSA, R.S. CASTRO, G.A. Movimentos Sociais, Direitos Humanos e Serviço Social no Brasil. Anais Congresso Catarinense de Assistentes Sociais. 2013. Acesso em 1/10/2017. Disponível em <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Movimentos-Sociais-Direitos-Humanos-e-SS-no-Brasil2.pdf>

TOURAINÉ, 1989a. Palavra e sangue. Política e sociedade na América Latina. Campinas: Ed. Unicamp.

_____. 1989b. "Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos". Lua Nova, no 17, junho, pp. 5-18.